

# ESBOÇO DE UMA DISCIPLINA EM CRISE: A DISPUTA METODOLÓGICA NA CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA

Christina W. ANDREWS<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** Este artigo toma a mais recente disputa metodológica na Ciência Política norte-americana como ponto de reflexão de questões permeando a disciplina e seu papel nas Ciências Sociais. Essa disputa tornou-se pública em 2003, quando um grupo de mais de 200 cientistas políticos norte-americanos manifestou-se contra a linha editorial adotada pela revista *American Political Science Review*, que dava preferência à publicação de artigos baseados em modelos matemáticos e na teoria dos jogos. O artigo apresenta as origens históricas da fragmentação disciplinar das Ciências Sociais e discute suas conseqüências para a construção do conhecimento na área da Ciência Política na atualidade. Argumenta que a expansão de trabalhos acadêmicos que se identificam com subáreas das disciplinas tradicionais – i.e. Sociologia Política, Antropologia Política, Sociologia Econômica e Economia Política, etc. –, ao contrário de indicarem o aprofundamento da fragmentação das Ciências Sociais, mostram uma tendência para a recomposição de seu *corpus* metodológico.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Disputa metodológica. Movimento *Perestroika*. Fragmentação disciplinar. Ciência política. Ciências sociais.

## Introdução

Em 14 de outubro de 2000, um remetente usando o pseudônimo de “Mr. Perestroika” enviou a vários cientistas políticos norte-

<sup>1</sup> UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Departamento de Ciências Sociais. Guarulhos – SP – Brasil. 07252-312 – christina.andrews@unifesp.br.

americanos uma mensagem eletrônica com aproximadamente duas páginas, na qual fazia uma série de queixas contra o *status quo* na associação norte-americana de Ciência Política – *APSA* – e na revista editada pela associação, a *American Political Science Review* – *APSR* (MR. PERESTROIKA, 2005). “Mr. Perestroika” se queixava de que o controle da *APSA* e da *APSR* estava restrito aos acadêmicos que adotavam uma abordagem metodológica quantitativa e um referencial teórico herdado da Economia. A disputa metodológica no contexto norte-americano havia extrapolado o debate intelectual, se configurando também em um embate por espaço acadêmico, como o protesto de “Mr. Perestroika” deixou claro:

Por que todos os artigos da *APSR* usam a mesma metodologia — estatística ou teoria dos jogos — com um artigo “simbólico” de teoria política que costuma ser um trabalho que foi rejeitado pela revista *Political Theory* [?] Onde estão [os estudos com as abordagens da] história política, história internacional, sociologia política, metodologia interpretativa, construtivistas, estudos de áreas, teoria crítica e *last but not least* — pós-modernismo? Por que não se pode ter 5% de artigos na *APSR* alocados na categoria incompreensíveis [?] Então sigam em frente e publiquem teoria dos jogos, estatística e pós-modernismo nessa categoria. (MR. PERESTROIKA, 2005, p.10).

O estilo agressivo, os erros de pontuação e a argumentação por vezes confusa da mensagem revelavam que a mesma havia sido escrita no “calor” de um momento de frustração. No entanto, isso não impediu que ela tivesse ampla repercussão nos meios acadêmicos dos EUA. O chamado “Manifesto Perestroika” expressava o que muitos já comentavam nos corredores das universidades e nos *coffee breaks* das conferências acadêmicas. A mensagem reverberava a insatisfação de um considerável número de cientistas políticos norte-americanos com os rumos da *APSA* e, principalmente, com o foco metodológico altamente especializado e restrito adotado pela *APSR* (HOCHSCHILD, 2005).

Motivados pela iniciativa de “Mr. Perestroika”, algumas semanas depois do envio da mensagem anônima, 225 cientistas políticos norte-americanos (e alguns europeus e canadenses) – entre eles Seyla Benhabib, Thomas Berger, Peter Hall, Ben Schneider, Ian Shapiro, Charles Tilly e Theda Skocpol – apresentaram uma carta aberta aos membros e à diretoria da *APSA*, na qual corroboraram as queixas de “Mr. Perestroika”:

Por que a *APSR* e por que outros proeminentes fóruns profissionais parecem tão intensamente focados em métodos técnicos, em detrimento de grandes e substantivas questões políticas que intrigam atualmente um grande número de membros da *APSA*, assim como audiências intelectuais mais amplas? (ALLEN et al., 2000, p.735).

Os signatários incitaram as lideranças da *APSA* a considerarem os problemas apontados com seriedade e a agirem de forma a abrir espaço na *APSR* para outras perspectivas teóricas e metodológicas da Ciência Política.

Os sinais da *glasnost* não tardaram a aparecer. Em 2001, Theda Skocpol foi eleita presidente da *APSA*, sendo sucedida em 2003 por Susanne Hoeber Rudolph, outra signatária da carta-aberta (JACOBSEN, 2005). Outros membros do movimento Perestroika também passaram a ser indicados para postos na *APSA*. Em 2002, a *APSA* lançou uma nova revista – *Perspectives on Politics* – cujo propósito editorial é “[...] conectar resultados de pesquisa, inovações conceituais, ou desenvolvimentos teóricos a problemas reais da política.” (PERSPECTIVES ON POLITICS, 2009). Quanto à *APSR*, ainda que sua linha editorial continuasse a privilegiar estudos empíricos e os modelos matemáticos, houve uma flexibilização no que refere às abordagens metodológicas: uma revisão das edições de setembro de 2002 a fevereiro de 2004 mostrou que o número de artigos que adotaram métodos qualitativos correspondeu a 14% do total de artigos publicados, contra apenas 5% do que foi verificado nas edições de 1991 a 2000 (PION-BERLIN; CLEARY, 2005). Quanto à ampliação do processo democrático na *APSA* – outra reivindicação dos *perestroikans* –, o que se observa é que não aconteceram mudanças substantivas. Em 2005, um comitê formado pelos professores Robert Axelrod e John Garcia examinou o sistema de preenchimento das vagas nos diversos comitês da *APSA* – baseado em indicações e não em eleições diretas –, concluindo que este era eficaz para garantir a diversidade na associação e por isso deveria ser mantido: “*If it ain't broke, don't fix it*” (AXELROD; GARCIA, 2005, p.2).

Em que pese o progresso obtido pelos *perestroikans*, a disputa metodológica na Ciência Política não se extinguiu, uma vez que continua a ser impulsionada por seus dilemas internos e por sua relação com as demais disciplinas das Ciências Sociais. Com o objetivo de desvendar os contornos da crise na Ciência Política e seus possíveis desdobramentos, este artigo faz uma

análise crítica das questões epistemológicas e teóricas da mais recente disputa metodológica no contexto norte-americano. Iniciamos com uma breve discussão sobre a fragmentação das Ciências Sociais, para em seguida discutirmos os principais temas da disputa metodológica na Ciência Política norte-americana a partir dos anos 1950. Os desenvolvimentos mais recentes são abordados por meio da análise dos principais argumentos de dois livros paradigmáticos nesse debate. Concluimos com algumas considerações sobre as disputas metodológicas nos contextos norte-americano e brasileiro e sobre os possíveis desenvolvimentos dessa disputa no início do século XXI.

## **A ascensão da Economia e a fragmentação das Ciências Sociais**

A ascensão da Economia como a disciplina dominante nas Ciências Sociais tem sua origem na própria expansão do capitalismo e na sua ideologia liberal, como aponta Wallerstein (2006). A fragmentação das Ciências Sociais e a emergência de diferentes disciplinas da sociedade, portanto, seria um dos efeitos da ideologia liberal do século XIX:

A ideologia liberal envolvia o argumento de que o pilar do processo social era a delimitação cuidadosa de três esferas de atividade: as vinculadas ao mercado, as relacionadas ao Estado e as de cunho “pessoal”. Esta última categoria era primordialmente residual, enfeixando todas as atividades não associadas ao Estado nem ao mercado. [...] O estudo dessas esferas distintas veio a receber o nome de Economia, Ciência Política e Sociologia. [...] As três “disciplinas” evoluíram como ciências universalizantes baseadas em pesquisas empíricas, tendo associado a si um forte componente de “ciência aplicada. (WALLERSTEIN, 2006, p.28).

A base empírica e nacional das disciplinas baseava-se na idéia de que elas deveriam ser úteis ao Estado e, de quebra, “menos subversivas no tocante às novas verdades” (WALLERSTEIN, 2006, p.29). As mudanças sociais eram consideradas normais apenas para as nações civilizadas, que tinham o dever de induzir essas mudanças em outros povos para fazê-los chegar à “civilização”. Em síntese, da perspectiva dos países capitalistas centrais, as mudanças sociais deveriam ser estudadas não só como

instrumento para o aperfeiçoamento das sociedades civilizadas, mas também para remover os povos “primitivos” e “petrificados” (China, Índia e o mundo árabe) da sua imutabilidade.

No entanto, podemos notar que a transformação da própria ideia de política já havia ocorrido mesmo antes da institucionalização das disciplinas sociais. Segundo Habermas (1973), o ponto de inflexão entre a política clássica e a política moderna deu-se com Thomas Hobbes (1588-1679) e envolveu três aspectos. Em primeiro lugar, a política clássica, tal qual aparece na Ética de Aristóteles, correspondia à doutrina da vida “boa e justa”; nessa concepção, a própria natureza humana só poderia realizar-se por meio da política. A política moderna, porém, não retém mais uma relação com a ética. Em segundo lugar, a política clássica estava fundamentada na *práxis*, procedendo de maneira pedagógica e não técnica. Hobbes, porém, estabeleceu a política como uma ciência, acreditando que progresso da humanidade era obtido por meio da aplicação da tecnologia, acima de tudo da tecnologia política, capaz de determinar a correta formação do Estado. Finalmente, a política clássica não tem relação com as ciências que se fundamentam em uma *episteme* apodíctica, uma vez que o estudo do Justo e do Excelente depende de uma *práxis* variável e contingente que não pode ser restrita ao pressuposto da constância ontológica. No entendimento clássico, a política é conduzida por meio da *phronesis*, a compreensão prudente da situação. A partir de Hobbes a política passa a pressupor a constância do comportamento humano, o que possibilita transformar a aplicação do conhecimento em um problema técnico. “Os engenheiros da ordem correta podem desconsiderar as categorias dos relacionamentos éticos e limitar-se à construção das condições sob as quais seres humanos, tal qual objetos na natureza, necessariamente se comportarão de uma maneira calculável” (HABERMAS, 1973, p.43). Dessa maneira, a política moderna foi expurgada de seus componentes normativos, impedindo-a de retornar aos parâmetros da política clássica, uma vez que as inter-relações sociais tornaram-se o objeto da política moderna e essas condições não poderiam mais ser revertidas. Ou seja, o distanciamento científico introduzido pela concepção moderna da política construiu seu próprio objeto. Nesse sentido, a política de fato se tornou “científica” e seria inútil tentar reverter essa situação. Diante dessa situação, o problema reside em como reintroduzir o aspecto normativo na política moderna, ou seja, em como reconciliar a teoria com a prática.

A ascensão da Economia como a principal ciência social já podia ser identificada na filosofia política de Locke. Em sua concepção, as leis da economia deveriam a ser consideradas leis naturais da própria sociedade, uma vez que a propriedade burguesa foi considerada a base natural do Estado regido pelo contrato (HABERMAS, 1973). A ética do Utilitarismo veio consolidar esse processo, pois o princípio da “maior felicidade do maior número” (BENTHAM, 1984) promoveu a mensurabilidade como a única ideia compatível com o capitalismo. Dessa maneira, a modernidade significou a “quantificação” da sociedade, como notou Weber (1964):

[...] essas formas de empresa moderna, com seu capital fixo e seu cálculo exato, são demasiadamente sensíveis frente às irracionalidades do direito e da administração. Assim, pois, só podiam surgir [...] ali onde o juiz, como no Estado burocrático com suas leis racionais, é mais ou menos uma máquina de parágrafos, na qual se inserem os processos por cima, com os custos e taxas, para que se emita por baixo a sentença com seus fundamentos mais ou menos conclusivos; quer dizer, em termos gerais, um funcionamento que no seu conjunto pode ser calculado. (WEBER, 1964, p.1062).

Lukács (1974) se apóia nessa observação de Weber para argumentar que o capitalismo não promove apenas a abstração do trabalho, mas tem o mesmo efeito sobre todas as demais relações sociais. Cabe observar que, se para Hobbes a política foi analisada por meio de um processo racional-dedutivo, no século XX a mensurabilidade torna-se central para um conjunto cada vez maior de cientistas sociais.

Numa primeira análise, a princípio, a mensurabilidade é apenas mais um elemento que comprova a inexorável conversão da política em um objeto da ciência. No entanto, a construção de variáveis, que antecede a aplicação de técnicas de mensuração, é uma etapa fundamental para as investigações empíricas. Como não poderia deixar de ser, a construção de variáveis se faz a partir das interpretações de pesquisadores e atores sociais relevantes para a compreensão do problema social em questão (LAZARUSFELD; BARTON, 1951). Assim sendo, ainda que a delimitação de variáveis seja uma abstração necessária, a investigação científica deve manter sua pertinência *vis-à-vis* à realidade social por meio do processo interpretativo (HABERMAS, 1988). Nesse sentido, os chamados “métodos quantitativos” não se opõem aos “métodos qualitativos”, mas ambos compõem

o mesmo processo que faz do fenômeno social um “objeto”, ou seja, uma abstração necessária para a investigação científica. No entanto, como veremos adiante, os métodos quantitativos são muito mais vulneráveis ao risco de extrapolação dos limites intrínsecos a essas abstrações.

Podemos notar, portanto, que dois processos atuaram conjuntamente para a ascensão da Ciência Política quantitativa e economicista. Em primeiro lugar, a transformação da política de um ramo da Ética para uma “ciência” e em seguida a emergência de uma economia mercantil/capitalista, que veio a ser considerada como o ordenamento fundamental da sociedade.

## **Método, teoria e os estudos de problemas políticos**

Kenneth Arrow (1951), um dos grandes expoentes da teoria dos jogos, defendeu o uso da matemática no estudo da política, argumentando que se tratava de uma linguagem útil ao cientista social dada a sua clareza e consistência. A formidável ascensão dos métodos quantitativos nas Ciências Sociais podia ser notada não apenas nos argumentos de Arrow, mas também no triunfalismo de Lasswell (1951, p.7), que observou: “À luz dos sucessos alcançados, não há razão para se duvidar de que a ênfase atribuída ao método quantitativo está amplamente vindicada. [...] A batalha pelo método foi ganha”. No entanto, depois de décadas de sucessivos triunfos, o abuso no uso de modelos matemáticos era criticado por ninguém mais do que John Elster, um dos “pais” da teoria da escolha racional:

Como John von Newmann disse uma vez, a matemática que não tem contato com as ciências físicas tende a se tornar *barroca*, um termo usado em contraste com o estilo *clássico* de pensamento que é constantemente revitalizado pelo contato com as ciências empíricas. [...] Hoje, a teoria da *social choice* pode estar alcançando o estágio barroco. Inovações estão desaparecendo, enquanto pequenos adornos estão aumentando. O formalismo alcançou a prioridade, como naquilo que Ragnar Frisch costumava se referir como “*playomerics*.” De um meio, o modelamento formal está se tornando um fim em si mesmo. (ELSTER; HYLLAND, 1986, p. 2).

Ian Shapiro, notório crítico da abordagem da *rational choice* (SHAPIRO; GREEN, 1994) e um dos signatários da carta

à APSA, argumentou que o problema com a Ciência Política norte-americana era que muitos estudos – e não apenas aqueles baseados no modelo da escolha racional – haviam deixado de ser *problem-driven*, passando a ser *method-driven* ou *theory-driven* (SHAPIRO, 2005). Ele nota que esses dois problemas tendem a distorcer os estudos sobre a política de maneiras diferentes. No caso da *rational choice*, a questão não se resume ao uso inadequado de um método – invariavelmente quantitativo ou lógico-formal –, mas implica principalmente a questão teórica. Ainda que os adeptos da escolha racional considerem essa vertente uma “abordagem” e não uma teoria, não há dúvidas de que os pressupostos teóricos desempenharam um papel fundamental no estudo da política. O problema é que os estudos baseados nos pressupostos da escolha racional tendem a selecionar problemas em que sua tese fundamental – a de que atores sociais agem de forma a maximizar suas funções-utilidade – aparece magicamente comprovada.

Shapiro (2005) admite não ser possível abordar problemas sem recorrer à teoria, mas observou que sua crítica se dirigia à forma como as teorias estavam sendo usadas para *selecionar* problemas. Uma vez que os fenômenos sociais são passíveis de serem explicados de diversas formas, a questão é como decidir qual teoria deve ser usada para delimitar o problema em pauta. Na Ciência Política contemporânea, prevaleceu o critério de selecionar aquelas teorias capazes de levar a uma previsão ou, alternativamente, teorias que explicam um fenômeno, mas que não são capazes de excluir outras teorias igualmente explicativas. No primeiro caso, não seria possível determinar se a teoria resultou em uma previsão ou simplesmente se o resultado é uma interpretação *post hoc* que “comprova” retrospectivamente a teoria em questão, uma vez que qualquer resultado pode ser reinterpretado de forma a confirmar a pertinência da teoria na medida em que a previsibilidade falha. É notório o caso dos defensores da teoria da escolha pública que procuraram explicar comportamentos altruístas, que não se encaixavam no pressuposto de auto-interesse, adotando a idéia das “metapreferências”. Se qualquer ação pode ser interpretada como uma metapreferência, então não há como refutar a proposição de que agimos de forma a maximizar nossa função-utilidade.

De fato, o critério da previsibilidade não parece ser um critério seguro para testar a validade de teorias, mesmo porque

não é possível traçar uma clara separação entre explicação e previsão. Isso nos leva de volta a como avaliar explicações que competem entre si na interpretação de um mesmo fenômeno. Esse é o caso da proposição apresentada por Hardin (apud SHAPIRO, 2005), na qual ele afirma que constituições serviriam para resolver problemas de coordenação. Essa explicação não pode excluir outros objetivos igualmente plausíveis, como proteger direitos de minorias, legitimar metas coletivas e evitar guerras civis. Na verdade, esses objetivos também podem ser considerados “um problema de coordenação”, o que impede a refutação da teoria em questão. No entanto, ainda que Shapiro relute em admitir isso, nas Ciências Sociais dificilmente poderemos chegar a uma única teoria explicativa para um mesmo fenômeno. Isso não é necessariamente um problema de *selection bias*, mas condição do objeto das Ciências Sociais – a sociedade – que impossibilita a neutralização das teorias explicativas no que se refere aos aspectos normativos. Para cada fenômeno social ou político estudado podem ser aplicadas diferentes teorias, pois seus pressupostos refletem diferentes concepções de sociedade que remetem a questões práticas. Concepções teóricas não consistem apenas em diferenças de previsão ou explicação, mas principalmente em diferenças que implicam a ação prática. Um exemplo pode ser notado no contraste entre as teorias tradicionais do desenvolvimento internacional e a teoria cepalina: as primeiras afirmam que a divisão internacional da produção garante a prosperidade dos países periféricos, enquanto a segunda afirma o contrário; a ação consistente com as teorias tradicionais é o *laissez-faire*, e com a teoria cepalina, a forte intervenção estatal (PREBISCH, 2000); as primeiras veem o desenvolvimento internacional como manutenção do *status quo*, enquanto a segunda busca justamente a mudança desse *status quo*.

Portanto, devido às questões práticas e normativas, os fenômenos políticos comportam múltiplas explicações, que não podem ser eliminadas por meio de procedimentos metodológicos. Mas mesmo se assumirmos o pressuposto de neutralidade normativa, ainda assim a objetividade pretendida pelos métodos quantitativos não pode ser alcançada quando se trata de técnicas de correlação estatística e dados observacionais. Nesse caso, há o risco de que a correlação entre variáveis seja espúria, uma vez que é impossível isolar e controlar todas as variáveis no contexto

social. Não há nada que garanta que as correlações observadas sejam verdadeiras; os fatores determinantes das relações de causa e efeito podem estar fora do alcance da observação do pesquisador. Professores de estatística gostam de ilustrar a explicação da correlação espúria com o famoso exemplo difundido por Jerzy Neyman (apud DIDELEZ, 2007): uma vez que há uma forte correlação positiva entre o número de ninhos de cegonhas nas chaminés e o número de recém-nascidos nos vilarejos onde estão os ninhos, devemos concluir que as cegonhas trazem os bebês?

Um caso ilustrativo do problema no uso de correlações estatísticas na Ciência Política é a polêmica sobre os determinantes culturais dos regimes democráticos. Em um conhecido artigo, Inglehart (1988), usando técnicas de regressão multivariada, afirmou que as variáveis “confiança interpessoal”, “rejeição a mudanças revolucionárias” e “posições positivas sobre a política e a vida em geral” seriam fortes determinantes da emergência de regimes democráticos. Seligson (2002) contestou essas conclusões, argumentando que Inglehart (1988) usou dados agregados por países e que só poderíamos falar de “cultura” se os valores apontados tivessem sido internalizados pelos indivíduos. Ou seja, para comprovar que certas características culturais determinavam o regime político, seria preciso que existisse uma correlação entre as variáveis indicadas por Inglehart e o tipo de regime, mas também entre as próprias variáveis independentes nas respostas individuais de cada indivíduo. Para verificar essa hipótese, Seligson (2002) usou as mesmas variáveis do estudo de Inglehart, aplicando a técnica da análise bivariada; ele notou que as correlações eram fracas: indivíduos que tinham altos níveis de confiança interpessoal não apresentavam necessariamente altos níveis de rejeição a mudanças revolucionárias e vice-versa, o mesmo ocorrendo com as demais variáveis consideradas. Em outras palavras, a proposição de Inglehart (1988), de que existiria uma “síndrome de cultura cívica” capaz de explicar regimes democráticos, não podia ser comprovada, pois a análise bivariada não indicou a internalização dos valores cívicos. Seligson (2002) concluiu que a análise de Inglehart (1988) era um caso de “falácia ecológica”, pois pressupunha a existência de uma correlação em nível micro a partir da existência de uma correlação em nível macro.

Além disso, Seligson (2002) notou que a correlação entre confiança interpessoal e democracia era alta apenas para um pequeno grupo de países desenvolvidos; outros países apresentavam altos níveis para o indicador de democracia, embora apresentassem valores baixos para o indicador de confiança interpessoal<sup>1</sup>. Esses dois grupos de países tinham em comum um alto nível de PIB per capita, sugerindo que a correlação entre confiança interpessoal e democracia seria uma correlação espúria e que a correlação real seria entre PIB per capita e democracia. Como sabemos, Lipset (1959) argumentou a favor dessa provável relação de causa e efeito na interpretação que ficou conhecida como “teoria da modernização”. Posteriormente, Przeworski e Limongi (1997), também com base em modelos de correlação estatística, concluíram que o nível de desenvolvimento de um país não era capaz de prever a emergência de um regime democrático, mas sim se esse regime, uma vez estabelecido, seria duradouro ou não.

O que faz a hipótese da teoria da modernização – e sua nova interpretação – mais plausível do que a teoria da cultura cívica? É claro que a força do argumento da relação entre estabilidade democrática e desenvolvimento não se fundamenta única e exclusivamente na presença de uma correlação estatística positiva entre essas duas variáveis. O argumento de que a renda per capita da população seja fundamental para a estabilidade política parece ser persuasivo em si mesmo, pois é razoável esperar que em uma democracia a competição política se dê por meio de processos pacíficos e isso só seria possível se a reprodução material de boa parte da população não estiver ameaçada. O fato de que crises econômicas na América Latina deram origem a regimes autoritários corrobora essa interpretação, pois o autoritarismo pode ser entendido como uma solução *top-down* para problemas de instabilidade econômica resultantes de conflitos de classe (O'DONNELL, 1990).

Esses exemplos demonstram que a Ciência Política e as Ciências Sociais em geral podem legitimamente almejar ao objetivo de acumular conhecimento, muito embora não seja possível eliminar teses concorrentes. Como já notamos acima, diferentes teorias expressam aspectos normativos e práticos que não podem ser eliminados metodologicamente. Além disso,

---

<sup>1</sup> Seligson (2002) incluiu na regressão um número maior de países e como variável dependente o “nível de democracia” da Freedom House, enquanto Inglehart (1988) usou a variável “anos de democracia”.

quando são aplicadas análises de correlação usando dados observacionais, a variável dependente pode ser sido influenciada por inúmeros fatores, o que pode gerar diversas teorias a partir da seleção de diferentes variáveis independentes. Isso não impede, porém, que algumas teorias sejam mais plausíveis do que outras. A construção da plausibilidade, porém, vai muito além da presença ou ausência de uma correlação estatística. Em suma, a análise estatística por si mesma não é suficiente para “provar” a veracidade de uma hipótese nas Ciências Sociais, mas pode servir para fortalecer uma linha de argumentação teórica, necessariamente sustentada por um amplo conjunto de evidências de natureza qualitativa. Dados sociais só são inteligíveis a partir de um referencial interpretativo e estão sujeitos a uma “dupla hermenêutica”: são dependentes: a) da teoria que orienta a análise e b) da interpretação que “retira” os dados de seu contexto social, formando variáveis (GIDDENS, 1978). A relutância de alguns cientistas políticos em admitir a inevitabilidade do processo interpretativo nas investigações empíricas não deveria impedi-los de reconhecer a limitação dos métodos quantitativos nas Ciências Sociais, uma vez que isso é inerente aos próprios métodos quantitativos.

## **Métodos qualitativos, abordagens quantitativas**

O livro *Designing Social Inquire: Scientific Inference in Qualitative Research* (KING; KEOHANE; VERBA, 1994) firmou-se como uma referência graças a uma nova abordagem no contexto da disputa metodológica na Ciência Política norte-americana. Os autores de *Designing* não se limitaram a reafirmar os argumentos em prol dos métodos quantitativos, mas se propuseram a aperfeiçoar os métodos qualitativos usando os princípios pertinentes aos métodos quantitativos. Dessa forma, longe de fazerem uma tentativa de reconciliação, os autores de *Designing* se muniram de um arsenal de argumentos destinados a submeter os métodos qualitativos aos princípios dos métodos quantitativos. A idéia central que orienta as recomendações propostas por King, Keohane e Verba (1994) é a de que os métodos qualitativos usados na Ciência Política deveriam emular os procedimentos de inferência descritiva e causal que caracterizam os métodos quantitativos. *Designing* teve grande repercussão nos meios

acadêmicos norte-americanos; os editores da *American Political Science Review* chegaram mesmo a organizar um simpósio para avaliar o impacto do livro na pesquisa e ensino da Ciência Política, algo inédito em se tratando de uma obra didática sobre métodos de pesquisa (LAITIN et al., 1995).

King, Keohane e Verba (1994) declaram já na introdução do livro que pretendem demonstrar ser possível reaproximar as abordagens quantitativas e qualitativas por meio de um procedimento unificado de inferência científica. Afirmam ainda que esse procedimento poderia ser aplicado tanto à Ciência Política como a outras disciplinas das Ciências Sociais, como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Economia e a Psicologia. Os autores, no entanto, não se propõem a discutir os fundamentos epistemológicos destinados a sustentar a proposta central de *Designing*. Eles se limitam a afirmar que a “pesquisa científica” seria definida por quatro critérios. Em primeiro lugar, toda pesquisa científica teria como objetivo fazer inferências descritivas ou explicativas com base em informações empíricas, sendo que as primeiras usam observações para chegar indiretamente a “fatos não observados” e a as segundas estabelecem as relações de causa e efeito dos dados observáveis. O segundo requisito da pesquisa científica seria o uso de procedimentos públicos, ou seja, os procedimentos metodológicos devem ser explícitos. Os outros dois critérios que os autores apresentam são os mais controvertidos. O terceiro critério diz respeito ao tratamento da incerteza. Embora reconheçam que toda pesquisa científica leva a conclusões incertas, os autores afirmam que “[...] sem uma estimativa razoável da incerteza, uma descrição do mundo real ou uma inferência sobre um efeito causal no mundo real não podem ser interpretados.” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p.9). O quarto critério afirma que o método científico é universal, ou seja, ele independente do objeto estudado. Desse modo, a pesquisa científica teria um único “método” – entendido como um conjunto de procedimentos necessários para a obtenção de conhecimento sobre objetos – que pode ser aplicado tanto às ciências naturais como às sociais. Com essa afirmação, King, Keohane e Verba (1994) se posicionam claramente dentro da perspectiva positivista, um dos polos da clássica disputa metodológica nas Ciências Sociais (GORDON, 1991; ADORNO et al., 1973).

Um dos aspectos mais controvertidos de *Designing* é a recomendação para a construção de teorias “falsificáveis” (POPPER, 2000). Essa recomendação não seria controvertida em si mesma, considerando que King, Keohane e Verba (1994) adotam pressupostos positivistas, mas o que surpreende é a maneira como eles interpretam o argumento de Popper. Como eles mesmos admitem, a proposição de Popper é de que a confirmação de uma teoria não é relevante para a ciência, mas sim a sua “desconfirmação”; o processo por meio do qual teorias estabelecidas são “falsificadas” é o que garante o avanço científico. A posição de King, Keohane e Verba (1994) é no mínimo ambígua em relação ao falsificacionismo popperiano. Primeiramente, eles apresentam uma recomendação que parece atender a exigência do falsificacionismo: “Devemos sempre construir teorias que são vulneráveis à falsificação” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p.101). Em outras palavras, teorias não devem ser construídas de forma a estarem sempre certas, independentemente do que acontece com as variáveis envolvidas. No entanto, mais adiante, os autores de *Designing* admitem que as teorias não devem ser descartadas quando encontram fatos que as falsificam. Para ilustrar o argumento, eles comentam a teoria de que as campanhas eleitorais não têm efeito sobre o resultado de eleições norte-americanas. Por um lado, é possível admitir que a emergência de um escândalo possa ser usada para mudar os rumos de uma disputa que já parecia decidida. O evento, aparentemente “falsificaria” a teoria, mas nesse acaso os autores consideram que um único evento não seria suficiente para descartá-la.

Para nós, essa não é a maneira como as Ciências Sociais são ou deveriam ser conduzidas. Depois de mil testes a favor, mesmo se um teste negativo parece válido com um alto grau de certeza, não descartaríamos a teoria de que as campanhas não têm efeito [sobre os resultados de eleições]. Em vez disso, nós podemos modificá-la e dizer talvez que campanhas normais não têm efeito exceto quando há considerável evidência de comportamento imoral de um dos candidatos. (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p.103).

Isso deixaria a teoria com aplicação mais restrita, mas ainda assim poderia ser considerada uma teoria robusta. Os eventos que contradizem uma teoria poderiam, portanto, ser reinterpretados de modo que os limites de aplicabilidade da teoria possam ser

redesenhados. King, Keohane e Verba, no entanto, não informam como e de que maneira esse procedimento poderia ser realizado sem que o cientista social caísse no erro de construir teorias “não-falsificáveis”. Popper (2000) propõe a re-elaboração de uma teoria quando apenas um fato for capaz de falsificá-la; isso implica a ampliação de seu conteúdo para incluir as novas condições impostas pelas observações empíricas (Ex: “A água ferve a 100° em condições normais de temperatura e pressão”). No entanto, King, Keohane e Verba (1994) não informam qual seria o limite da reinterpretção retrospectiva nas Ciências Sociais. Tudo o que eles têm a dizer é que os ajustes podem ser perigosos e que não devem se levados longe demais. “Devemos evitar esticar a teoria além de toda plausibilidade somando numerosas exceções e casos especiais.” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p.104). A escolha da palavra “plausibilidade” nessa passagem chama a atenção: o termo faz sentido no contexto de um referencial metodológico que vê na intersubjetividade a fonte da objetividade (HABERMAS, 1988), mas certamente é estranho ao repertório positivista que os autores pretendem promover. Quem determina a plausibilidade de uma teoria? Quem avalia o quanto a mesma pode ser modificada sem que seja “falsificada”?<sup>2</sup> Essas questões não podem ser respondidas sem considerar o empreendimento científico como um processo social e comunicativo. Habermas (1988) mostra que nem mesmo as ciências naturais podem abrir mão da validação por meio da intersubjetividade:

O contexto comunicativo e a comunidade experimental dos pesquisadores operam no nível da intersubjetividade do conhecimento de *background* articulado pela linguagem comum. As ciências estritamente empíricas permanecem no interior desse horizonte sem questioná-lo; a tarefa da Sociologia é compreendê-lo problematizando-o. (HABERMAS, 1988, p.109).

A resposta mais elaborada aos argumentos de King, Keohane e Verba (1994) foi apresentada em *Rethinking Social Inquire: Diverse Tools, Shared Standards*, organizado por Henry Brady e David Collier (2004). O lapso de dez anos entre a publicação desse livro e a publicação de *Designing* provavelmente reflete a nova fase da *Methodenstreit* na Ciência Política norte-americana:

---

<sup>2</sup> Como vimos acima, Shapiro (2005) critica a teoria da escolha racional justamente por não ser “falsificável”, mas também não consegue se desvencilhar do problema de responder como, efetivamente, seria possível construir teorias “falsificáveis”.

*Rethinking* entra em cena quando o movimento Perestroika já havia obtido as suas primeiras vitórias. Em contraste com a década de 1990, o início dos anos 2000 era um contexto mais favorável às críticas ao livro de King, Keohane e Verba (1994).

*Rethinking* dá pouca atenção ao problema do falsificacionismo, dirigindo o foco de sua crítica para outros aspectos da argumentação de King, Keohane e Verba, especialmente a recomendação de *Designing* para que os estudos qualitativos, assim como os quantitativos, apresentem uma estimativa da incerteza de seus resultados. Em um dos capítulos de *Rethinking*, Bartels (2004) aponta para o fato de que King, Keohane e Verba (1994) não terem apresentado quase nenhuma explicação sobre como a estimativa de incerteza poderia ser feita. *Designing* sugere apenas que a incerteza nos estudos qualitativos pode ser estimada por meio do método sugerido por Neustadt e May (apud KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Este método propõe que o pesquisador pergunte a si mesmo: “Quanto do meu próprio dinheiro eu apostaria nessas conclusões?” King, Keohane, Verba (1994, p.32) acrescentam mais uma pergunta: “Qual é a chance de acerto [da minha aposta]?”. A primeira pergunta parece emergir da teoria do *rational choice* e seu pressuposto de maximização da função utilidade; a segunda demanda uma estimativa de probabilidade. King, Keohane e Verba não explicam como seria possível fazer uma estimativa probabilística a partir de uma pergunta subjetiva. A estimativa estatística da incerteza aplica-se aos resultados da análise quantitativa, mas não diz nada sobre sua interpretação. Em suma, a regressão multivariada não é capaz de discernir se uma correlação é espúria ou não. Nesse sentido, uma correlação bivariada com valor  $R^2 = 0,8$  e em que  $p = 0,05$  diz apenas que existe uma forte correlação entre as variáveis consideradas e que há 95% de chance de que este resultado não seja devido ao acaso. No entanto, o método estatístico não pode avaliar a plausibilidade da correlação em si mesma. O exemplo da correlação positiva entre o número de cegonhas fazendo ninhos e a taxa de natalidade, citado acima, ilustra essa questão: a correlação é forte, pois existe 95% de probabilidade que não seja resultado do acaso, mas a conclusão é errada.

Na batalha pelos “corações e mentes” dos cientistas sociais, *Rethinking* adota uma estratégia curiosa, pois recorre a argumentos que emergem da estatística Bayesiana. A estatística Bayesiana é um modelo algébrico no qual as probabilidades sobre

eventos futuros são estimadas com base em um conjunto de variáveis contextuais, uma técnica probabilística que aumenta a precisão das estimativas (BERNARDO; SMITH, 2000). Em diversas passagens de *Rethinking* há menção às “idéias bayesianas”, mas o termo não se refere à técnica estatística e sim aos fatores intervenientes em problemas sociais complexos. Como observou McKeown (2004, p.159) em um dos capítulos de *Rethinking*, “[...] neste contexto, é melhor considerar a teoria estatística Bayesiana mais como uma metáfora do que como um algoritmo”. Quanto ao método bayesiano propriamente dito, o autor reconhece que existem dificuldades operacionais e filosóficas na sua aplicação. De todo o modo, ao considerar a lógica Bayesiana uma “metáfora” para a pesquisa qualitativa, *Rethinking* acaba cedendo terreno aos argumentos de *Designing* e sua estratégia de legitimar os métodos qualitativos por meio dos princípios quantitativos. Cabe lembrar também que Brady e Collier (2004) não fazem menção às teorias da linguagem e do discurso, em que pese sua importância para a metodologia das Ciências Sociais (HABERMAS, 1984, 1987, 1988). Gerring (2001), ao discutir a disputa entre métodos quantitativos e qualitativos nas Ciências Sociais, expõe esse equívoco:

Se tivermos que dar prioridade ou à matemática ou à prosa – uma escolha duvidosa, mas que ocupa muitas cabeças – devemos escolher a última. Expressões matemáticas não têm sentido se não puderem ser traduzidas em palavras. A prosa, no entanto, é eminentemente compreensível sem a companhia de fórmulas. [...] A matemática, mais especificamente o ramo da matemática conhecido como estatística, é mais bem entendida como um instrumento das Ciências Sociais. Não é ciência social propriamente dita (GERRING, 2001, p.13).

Cabe lembrar que a estatística Bayesiana – assim como os métodos estatísticos convencionais – só é capaz de estimar a incerteza em relação à ocorrência de um evento a partir das ocorrências deste mesmo evento no passado. Uma vez que os problemas investigados pelas Ciências Sociais ocorrem em contextos bastante específicos, muitas vezes sem correspondentes no passado, a aplicação da estatística bayesiana propriamente dita não pode ser aplicada.

Os autores de *Rethinking* apontam, corretamente, que um dos problemas de *Designing* é que o livro não aborda o problema

da inferência estatística a partir de dados observacionais, ou seja, não discute o risco das correlações espúrias. No entanto, a crítica que Brady e Collier (2004) e seus colaboradores dirigem a King, Keohane e Verba (1994) trata apenas tangencialmente a fundamentação interpretativa das Ciências Sociais e não discute o aspecto normativo e prático das teorias sociais e políticas.

## Considerações finais

A crise da Ciência Política teve amplas consequências no contexto acadêmico norte-americano. Além do intenso debate intelectual desencadeado pela mensagem eletrônica do “Mr. Perestroika”, a controvérsia se referia também às consequências da tecnificação da disciplina para a carreira acadêmica dos implicados. Cabe observar que os departamentos de Ciência Política mais prestigiosos do sistema universitário norte-americano costumam exigir ao menos uma publicação na *American Political Science Review* – APSR para conceder a estabilidade na carreira docente (*tenure*). Considerando a preferência editorial da APSR pelas abordagens positivistas e pela modelagem matemática, pode-se compreender porque a disputa metodológica no contexto norte-americano envolvia também uma batalha pela sobrevivência acadêmica – o que explica as acusações de carreirismo lançadas por ambos os lados da disputa (LUKE, 2005).

No contexto brasileiro, a disputa metodológica na Ciência Política tem sido menos estridente, mas de resto semelhante à *Methodenstreit* norte-americana. Cabe notar que no caso brasileiro o debate foi além da disputa entre métodos quantitativos e qualitativos, chegando à fundamentação epistemológica das Ciências Sociais. Um dos raros registros da disputa brasileira pode ser encontrado na mesa-redonda “Por que rir da Filosofia Política?”, que teve lugar no XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS (LESSA, 1998a). Nas suas críticas ao *mainstream* da Ciência Política, os debatedores abordaram um amplo escopo de questões tais como: a fragmentação positivista da política (BRANDÃO, 1998), as pesquisas dirigidas pelo

método e não pelo objeto, a desistência pela busca por teorias abrangentes em favor de teorias de médio alcance, a dissociação entre a filosofia política e pesquisa empírica (LESSA, 1998b), “a lógica simples do interesse [corporativo]”, a “reificação das diferenças disciplinares”, a “compartimentalização burocrática dos saberes” (SOARES, 1998), a aplicação indistinta da teoria a qualquer objeto (RIBEIRO, 1998), a negligência da *praxis* em favor da *techné* (LESSA, 1998; RIBEIRO, 1998), entre outros tópicos.

No que se refere aos futuros desenvolvimentos da disputa metodológica, podemos apontar elementos que indicam um declínio da Ciência Política quantitativa e especializada. As abordagens interdisciplinares ganham terreno, como se pode notar pela disseminação de estudos nas subáreas da Sociologia Política, Antropologia Política, Sociologia Econômica e Economia Política. Longe de representar um aprofundamento da fragmentação, a multiplicação de estudos nessas subáreas indica que uma nova dinâmica está em ação, fomentando a reconstrução do *corpus* das Ciências Sociais. A força que levou à fragmentação disciplinar no século XX – a economia capitalista em acelerada expansão – agora perde força; a nova dinâmica, impulsionada pelas crises do início do século XXI, demanda abordagens abrangentes, que extrapolam as fronteiras disciplinares e exigem consideração às questões práticas.

Acima de tudo, porém, é preciso recorrer a uma reflexão crítica sobre a recorrência das *Methodenstreiten*, seja na Ciência Política, seja nas demais disciplinas das Ciências Sociais. Nesse contexto, cabe lembrar o alerta de C. Wright Mills (1997): é preciso evitar tanto as armadilhas da “grande teoria” como as arapucas do “empirismo abstrato”. Cabe evocar também o velho adágio de que a crise representa também uma oportunidade. Ao analisar as crises recorrentes da Sociologia, Ianni (1990) viu nisso uma consequência das profundas divergências epistemológicas entre as abordagens em disputa, mas observou também que as crises refletiam a capacidade da disciplina se pensar a si própria. Esperemos que a Ciência Política possa se nutrir desse exemplo.

ANDREWS, C. W. Sketch of a discipline in crisis: the methodological dispute in the North-American Political Science. *Perspectivas*, São Paulo, v.38, p.171-194, Jul/Dec. 2010.

■ **ABSTRACT:** *This article takes the most recent methodological dispute in Political Sciences in the USA as a starting point to reflect on the issues impacting the discipline and its role within the Social Sciences. This dispute became public in 2003, when a group of more than 200 North-American political scientists spoke against the editorial line adopted by the American Political Science Review journal, which favored the publication of articles based on mathematical models and in game theory. The article presents the historical origins for the disciplinary fragmentation of the Social Sciences and discusses its consequences for the construction of knowledge in the field of Political Science in present days. It argues that the expansion of academic works that identify themselves with subareas of the traditional disciplines – i.e. Political Sociology, Political Anthropology, Economic Sociology, Political Economy, etc. –, contrary of signifying the deepening of the fragmentation of the Social Sciences, shows a trend in the direction of the reconstruction of its methodological corpus.*

■ **KEYWORDS:** *Methodological dispute. Perestroika movement. Disciplinary fragmentation. Political Science. Social Sciences.*

## Referências

ADORNO, T. W.; HABERMAS, J.; HORKHEIMER, M. et. al. *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1973.

ALLEN, C. S. et. al. An open letter to the APSA leadership and members. *Political Science & Politics*, Washington, n.4, p.735-737, 2000.

ARROW, K. J. Mathematical models in the social sciences. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (Org.). *The policy sciences: recent developments in scope and method*. Stanford: Stanford University Press, 1951. p.121-154.

AXELROD, R.; GARCIA, J. Report of the Committee on Plurality versus Single Transferable Vote for APSA Elections. ASPA, Washington, 2005. Disponível em: <<https://apsanet.org/imgtest/STVReportFinalforweb.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

BARTELS, L. Some unfulfilled promises of quantitative imperialism. In: BRADY, H. E.; COLLIER, D. (Org.). *Rethinking social inquire: diverse tools, shared standards*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2004. p.69-74.

BENTHAM, J. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. In: \_\_\_\_\_. *Bentham e Stuart Mill*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.34. p.7-74. (Os pensadores).

BERNARDO, J. M.; SMITH, A. F. M. *Bayesian theory*. New York: Wiley, 2000. (Willey Series in Probability and Statistics).

BRADY, H. E.; COLLIER, D. (Org.). *Rethinking social inquire: diverse tools, shared Standards*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2004.

BRANDÃO, G. M. A teoria política é possível? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.36. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.hp?script=sci\\_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.hp?script=sci_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2009.

DIDELEZ, V. Statistical causality. In: OSTRENG, W. (Org.). *Consilience: interdisciplinary communications 2005/2006*. Oslo: Centre for Advanced Study, 2007. p.115-120.

ELSTER, J.; HYLLAND, A. *Foundations of social choice theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

GERRING, J. *Social science methodology: a critical framework*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GORDON, S. *The history and philosophy of social science*. London: Routledge, 1991.

HABERMAS, J. *On the logic of the social sciences*. Cambridge: MIT Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *The theory of communicative action: lifeworld and system – a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *The theory of communicative action: reason and rationalization of society*. Boston: Beacon Press, 1984.

\_\_\_\_\_. The classical doctrine of politics in relation to social philosophy. In: \_\_\_\_\_. *Theory and practice*. Boston: Beacon Press, 1973. p.41-81.

HOCHSCHILD, J. *Inventing Perspectives on Politics*. In: MONROE, K. R. (Org.). *Perestroika: the raucous rebellion in political science*. New Haven: Yale University Press, 2005. p.330-341.

IANNI, O. A crise dos paradigmas na sociologia: problemas de explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 1990. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_13/rbcs13\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_05.htm)>. Acesso em: 1 nov. 2008.

INGLEHART, R. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 82, n.4, p.1203-1229, 1988.

JACOBSEN, K. Perestroika in American political science. *Post-Autistic Economics Review*, [S.l.], n.32, 2005. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAERReview/issue32/Jacobsen32.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

LAITIN, D. D. et al. The qualitative-quantitative disputation: Gary King, Robert O. Keohane and Sidney Verba's designing social inquiry: scientific inference in qualitative research. *American Political Science Review*, Baltimore, v.89, n.2, p.454-456, 1995.

LASSWELL, H. D. The policy orientation. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. *The policy sciences: recent developments in scope and method*. Stanford: Stanford University Press, 1951. p.3-15.

LAZARFELD, P. F.; BARTON, A. H. Qualitative measurement in the social sciences: classification, typologies, and indices. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (Org.). *The policy sciences: recent developments in scope and method*. Stanford: Stanford University Press, 1951. p.155-192.

LESSA, R. Por que rir da Filosofia Política? Abertura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo v.13, n.36. 1998a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/cilo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/cilo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. Por que rir da Filosofia Política? Ou a Ciência Política como techné. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.36, 1998b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01026909199800010003&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026909199800010003&lng=en&nrm=isso)>. Acesso em: 15 jan. 2009.

LIPSET, S. M. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *American Political Science Review*, Baltimore, v.53, n.1, p.69-105, mar. 1959.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUKE, T. W. Caught between confused critics and careerist co-conspirators. In: MONROE, K. R. (Org.). *Perestroika: The Raucous Rebellion in Political Science*. New Haven: Yale University Press, 2005. p.468-488.

McKEOWN, T. Case studies and the limits of the quantitative worldview. In: BRADY, H. E.; COLLIER, D. (Org.). *Rethinking social inquire: diverse tools, shared standards*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2004. p.139-167.

MILLS, C. W. *La imaginación sociológica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MR. PERESTROIKA. On the irrelevance of APSA and APSR. In: MONROE, K. R. (Org.). *Perestroika: the raucous rebellion in political science*. New Haven: Yale University Press, 2005. p.9-11.

O'DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1990.

PERSPECTIVES ON POLITICS. *Editorial statement*. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=PPS>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

PION-BERLIN, D.; CLEARY, D. Methodological Bias in the APSR. In: MONROE, K. R. (Org.). *Perestroika: the raucous rebellion in political science*. New Haven: Yale University Press, 2005. p.304-322.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2000.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.69-136.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Modernization: theories and facts. *World Politics*, Princeton, v.49, n.2, p.155-183, 1997.

RIBEIRO, R. J. Filosofia, ação e filosofia política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.36, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2009.

SELIGSON, M. The renaissance of political culture or the renaissance of the ecological fallacy? *Comparative Politics*, New York, v.34, n.3, p.273-292, 2002.

SHAPIRO, I. Problems, methods, and theories in the study of politics. In: \_\_\_\_\_. *The flight from reality in the human sciences*. Princeton: Princeton University Press, 2005. p.178-203.

SHAPIRO, I.; GREEN, D. *Pathologies of rational choice theory: a critique of applications in Political Science*. New Haven: Yale University Press, 1994.

SOARES, L. E. Políticas das ciências sociais: armadilhas do heroísmo esquecido de si. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.36, fev. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2009.

WALLERSTEIN, I. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

WEBER, M. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.